

TRIBUNA DO DELEGADO DE POLÍCIA



SETEMBRO/OUTUBRO 2019 – ANO 1 – Nº 6

SINDPESP divulga Salários das Polícias Civis do país: São Paulo tem o segundo pior

A Polícia Civil de São Paulo, o estado mais rico da federação, tem o segundo pior salário pago a um delegado de polícia no Brasil. Com vencimentos de R\$ 9.888,37, São Paulo fica na frente apenas de Pernambuco, cuja remuneração é R\$ 9.069,81. No outro lado do ranking está Mato Grosso, o estado que mais valoriza seu delegado, com R\$ 24.451,11 de salário inicial.

As informações estão no Ranking Salarial da Polícia Civil Brasileira, elaborado pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (SINDPESP) com base em dados oficiais colhidos em todos os estados da federação por meio do Portal da Transparência, Diário Oficial e Secretarias de Segurança Pública.

Depois de Mato Grosso, os governos que oferecem as melhores condições salariais a um delegado são Goiás (R\$ 21.615,12), Alagoas (R\$ 20.994,97), Rio Grande do Sul (R\$ 20.353,06) e Maranhão (R\$ 18.957,64).

A análise do ranking mostra que os estados que melhor pagam sua polícia não estão, necessariamente, entre os mais ricos, aqueles que têm o maior Produto Interno Bruto (PIB). “A exceção, neste ranking, é o Rio Grande do Sul, que tem o quarto maior PIB e o quarto melhor salário do país. Os outros estados mais bem posicionados no ranking salarial não figuram na lista dos cinco que têm a maior riqueza. E isso deixa claro que valorizar a carreira policial não é uma decisão econômica, mas política”, afirma a presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi Gallinati.

A Polícia Civil de São Paulo foi sucateada ao longo de várias gestões, sem investimentos para recompor os quadros da instituição e sem qualquer política de valorização do profissional. “Durante vários governos, o estado não fez os necessários investimentos em segurança pública: viaturas e prédios estão deteriorados, o armamento está obsoleto, faltam equipamentos de segurança, como coletes balísticos, e o salário dos nossos policiais é um deboche”, afirma Raquel.

O resultado dessa má gestão de segurança é um déficit de 14.206 policiais, o equivalente a 34% do efetivo. “A situação está insustentável, a Polícia Civil pede socorro. Não temos as mínimas condições para prestar o atendimento que a população merece. Quando um governo deixa de investir em segurança, ele não abandona apenas a polícia, ele abandona o seu povo e abre caminho para que a criminalidade aja com mais facilidade”, pontua Raquel.

| RANKING SALARIAL Investigador | | |
|-------------------------------|---------------------|--------------|
| 1 | Amazonas | R\$ 9.613,14 |
| 2 | Distrito Federal | R\$ 8.698,78 |
| 3 | Pará | R\$ 6.791,69 |
| 4 | Rio Grande do Sul | R\$ 6.366,80 |
| 5 | Rio de Janeiro | R\$ 6.280,31 |
| 6 | Piauí | R\$ 5.906,12 |
| 7 | Tocantins | R\$ 5.829,40 |
| 8 | Goiás | R\$ 5.767,18 |
| 9 | Mato Grosso | R\$ 5.546,54 |
| 10 | Paraná | R\$ 5.478,49 |
| 11 | Espírito Santo | R\$ 5.103,84 |
| 12 | Acre | R\$ 5.000,00 |
| 13 | Rondônia | R\$ 4.706,56 |
| 14 | Roraima | R\$ 4.552,75 |
| 15 | Maranhão | R\$ 4.550,28 |
| 16 | Mato Grosso do Sul | R\$ 4.527,80 |
| 17 | Sergipe | R\$ 4.500,00 |
| 18 | Amapá | R\$ 4.139,53 |
| 19 | Minas Gerais | R\$ 4.098,39 |
| 20 | Paraíba | R\$ 4.091,30 |
| 21 | Bahia | R\$ 3.969,56 |
| 22 | Pernambuco | R\$ 3.900,00 |
| 23 | Santa Catarina | R\$ 3.842,20 |
| 24 | Alagoas | R\$ 3.800,00 |
| 25 | Rio Grande do Norte | R\$ 3.755,48 |
| 26 | São Paulo | R\$ 3.743,98 |
| 27 | Ceará | R\$ 3.732,86 |

| RANKING SALARIAL Escrivão | | |
|---------------------------|---------------------|--------------|
| 1 | Amazonas | R\$ 9.613,14 |
| 2 | Distrito Federal | R\$ 8.698,78 |
| 3 | Pará | R\$ 6.791,69 |
| 4 | Rio Grande do Sul | R\$ 6.366,80 |
| 5 | Rio de Janeiro | R\$ 6.280,31 |
| 6 | Piauí | R\$ 5.906,12 |
| 7 | Tocantins | R\$ 5.829,40 |
| 8 | Goiás | R\$ 5.767,18 |
| 9 | Paraná | R\$ 5.752,41 |
| 10 | Mato Grosso | R\$ 5.546,54 |
| 11 | Santa Catarina | R\$ 5.317,94 |
| 12 | Espírito Santo | R\$ 5.103,84 |
| 13 | Acre | R\$ 5.000,00 |
| 14 | Rondônia | R\$ 4.706,56 |
| 15 | Roraima | R\$ 4.552,75 |
| 16 | Maranhão | R\$ 4.550,28 |
| 17 | Mato Grosso do Sul | R\$ 4.527,80 |
| 18 | Sergipe | R\$ 4.500,00 |
| 19 | Amapá | R\$ 4.139,53 |
| 20 | Minas Gerais | R\$ 4.098,39 |
| 21 | Paraíba | R\$ 4.091,30 |
| 22 | Bahia | R\$ 3.969,56 |
| 23 | Pernambuco | R\$ 3.900,00 |
| 24 | Alagoas | R\$ 3.800,00 |
| 25 | Rio Grande do Norte | R\$ 3.755,48 |
| 26 | São Paulo | R\$ 3.743,98 |
| 27 | Ceará | R\$ 3.732,86 |

| RANKING SALARIAL Delegados de Polícia | | |
|---------------------------------------|---------------------|---------------|
| 1 | Mato Grosso | R\$ 24.451,11 |
| 2 | Goiás | R\$ 21.615,12 |
| 3 | Alagoas | R\$ 20.994,97 |
| 4 | Rio Grande do Sul | R\$ 20.353,06 |
| 5 | Maranhão | R\$ 18.957,64 |
| 6 | Rio de Janeiro | R\$ 18.747,95 |
| 7 | Amazonas | R\$ 18.714,24 |
| 8 | Roraima | R\$ 18.387,42 |
| 9 | Pará | R\$ 18.050,00 |
| 10 | Paraná | R\$ 17.921,00 |
| 11 | Piauí | R\$ 16.874,65 |
| 12 | Distrito Federal | R\$ 16.830,85 |
| 13 | Mato Grosso do Sul | R\$ 16.577,95 |
| 14 | Ceará | R\$ 16.319,60 |
| 15 | Santa Catarina | R\$ 15.820,84 |
| 16 | Acre | R\$ 15.378,00 |
| 17 | Rio Grande do Norte | R\$ 15.290,46 |
| 18 | Tocantins | R\$ 15.079,20 |
| 19 | Rondônia | R\$ 14.267,80 |
| 20 | Amapá | R\$ 13.280,01 |
| 21 | Paraíba | R\$ 12.184,73 |
| 22 | Bahia | R\$ 11.608,71 |
| 23 | Minas Gerais | R\$ 11.475,57 |
| 24 | Sergipe | R\$ 11.000,00 |
| 25 | Espírito Santo | R\$ 10.058,56 |
| 26 | São Paulo | R\$ 9.888,37 |
| 27 | Pernambuco | R\$ 9.069,81 |

UM RANKING QUE NOS ENVERGONHA

O Ranking Salarial da Polícia Civil Brasileira, feito pelo SINDPESP com base em dados oficiais fornecidos pelas Polícias Cíveis dos Estados, ganhou repercussão nacional e foi publicado na imprensa de vários estados. O trabalho deixou claro que valorizar a carreira policial não é uma decisão meramente econômica, mas essencialmente política. E é por questões políticas que São Paulo, apesar de ser o estado mais rico, tem o segundo pior salário policial do Brasil.

Essa discrepância é fruto do abandono total das gestões do governo do Estado há mais de 20 anos. O atual governador prometeu, durante a campanha, reparar essa injustiça. Estamos aguardando o prazo final de 31 de Outubro para que seja apresentada a proposta de recomposição salarial, mas a nossa luta por valorização continua.

Por isso, não podemos deixar de nos manifestar sobre as informações equivocadas que o vice-governador de São Paulo repassou à imprensa para tentar contestar o valor pago a um delegado do estado que ajuda a governar. Ao contrário do que disse Rodrigo Garcia, o salário médio de um delegado de polícia, incluindo os subsídios, não chega nem perto dos R\$ 19 mil anunciados. E isso todos os colegas delegados confirmam mensalmente, ao abrir os holerites.

Indispensável dizer, ainda, que parte dos subsídios é paga para delegados que acumulam a administração de várias unidades, medida encontrada pelo governo para tentar contornar a defasagem de policiais civis na instituição.

Não, senhor vice-governador, o salário médio dos delegados está muito abaixo do que o senhor mostrou. Entre os sindicalizados temos alguns profissionais atuando há alguns anos com rendimentos líquidos que não chegam a R\$ 13 mil.

Sabemos que será difícil, em um ano, reparar tantas injustiças cometidas ao longo de décadas de abandono. Mas demos um voto de confiança e esperamos que esta nova gestão cumpra com as promessas de campanha e faça do salário do delegado de polícia do estado de São Paulo um dos maiores do Brasil.



SINDPESP INAUGURA NOVA SEDE EM SP

O SINDPESP inaugurou sua nova sede, no Centro da capital paulista, em evento que reuniu membros da diretoria, entidades de classe, personalidades jurídicas, deputados e delegados de polícia.

Desde novembro de 2018, o local passava por intensa reforma para melhor atender os sindicalizados. O espaço, na Avenida Ipiranga, 919, 17º andar, tem 178m² de área, auditório, sala de reuniões e área administrativa.

Pelo SINDPESP, participaram do evento a presidente Raquel Kobashi Gallinati; os vice-presidentes José Vicente de A. Pires Barreto Fonseca e Gilberto de Castro Ferreira; e os diretores Emiliano Chaves Neto, Fernando Cesar de Souza, Raphael Zanon, Daniela Del Nero e Arnaldo Rocha Junior. Marcaram presença os deputados estaduais Delegado Olim, que representou o presidente da Alesp, Cauê Macris; Campos Machado; Coronel Nishikawa e Cristiano Mourão, representando o deputado Castello Branco; o ouvidor da polícia de São Paulo, Benedito Mariano; o diretor do DHPP, Domingos Paulo Neto; Claudio Castello de Campos Carneiro, representando o vereador Caio Miranda Carneiro; o prefeito de Jaguariúna, Gustavo Reis; Thomaz Fiterman Tedesco, representando o defensor público-geral do estado de São Paulo, Davi Depinê;

o advogado Luiz Flavio Borges DUrso; o ex-presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-SP, Arles Gonçalves Júnior; a escritora Ilana Casoy e a comissão dos aprovados no concurso para delegado de Polícia Civil de São Paulo participaram do evento.

O secretário estadual de Segurança Pública, general João Camilo Pires de Campos, enviou um cartão com seus cumprimentos à entidade. O evento foi registrado também por alguns veículos de imprensa.

Representando as entidades de classe, estiveram o presidente da Apamagis, Fernando Bartoletti; o presidente e vice-presidente da ADPESP, respectivamente, Gustavo Mesquita e Abraão José Kfourri Filho; os diretores da ADPESP, Dario Nassif e Rodrigo Lacordia; a presidente do SINDPF SP e diretora regional da ADPF, Tania Prado; o presidente da Academia de Ciências, Letras e Artes dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Acadpesp), Roberto Maurício Genofre; o tesoureiro da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), Renato Kim Barbosa; o presidente da Associação Paulista dos Defensores Públicos (APADEP), Augusto Barbosa; o presidente do SINPCRESP, Eduardo Becker, e a presidente do Instituto de Estudos da Seguridade Social (IESS), Dirce Namie Kosugi.

Policiais são homenageados na Alesp

Policiais civis de todas as carreiras, delegados titulares, seccionais, diretores de departamentos e a cúpula da instituição estiveram reunidos na Alesp para a sessão solene em homenagem ao Dia da Polícia Civil, comemorado em 30 de setembro. A solenidade foi convocada pelo presidente da Alesp, Cauê Macris, e promovida pelos deputados Itamar Borges e Delegado Olim.

O vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia; o secretário estadual de Segurança Pública, general João Camilo Pires de Campos; o delegado-geral Ruy Ferraz Fontes; a delegada-geral adjunta, Elisabete Sato, e os deputados Itamar Borges e Delegado Olim participaram do evento ao lado da presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi Gallinati; do presidente da ADPESP, Gustavo Mesquita; da presidente do SINDPF SP e diretora regional da ADPF, Tania Prado; dos deputados estaduais Castello Branco; Gil Diniz; Adalberto de Freitas; Alex de Madureira; Coronel Telhada; Edna Macedo e do Comodoro Berardino Fanganiello.



Em seu discurso, Olim parabenizou a instituição e destacou a necessidade de melhores condições para a Polícia Judiciária. Foram entregues placas de homenagem aos delegados representantes dos departamentos da Polícia Civil e dos 10 Deinters.

EXPEDIENTE

Publicação do **SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

11-3337-4578

sindpesp@sindpesp.org.br

www.sindpesp.org.br

RESPONSÁVEL

Raquel Kobashi Gallinati

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Adriano Kirche Moneta - Mtb 26.583

Siga o SINDPESP nas redes sociais

/sindpesp

/sindpesp

/sindpesp

Número de suicídios entre policiais civis de São Paulo mais que dobra em quatro anos

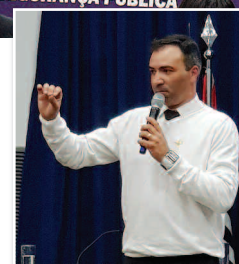
O número de suicídios entre os policiais civis de São Paulo aumentou 150% nos últimos quatro anos. Segundo dados da Academia de Polícia Civil de São Paulo, revelados durante a Palestra de Prevenção ao Suicídio, realizada pelo delegado professor Roberto Santos da Silva, enquanto em 2014 foram registrados 4 suicídios, em 2018 esse número saltou para 10. Durante esse período, 33 policiais tiraram a própria vida.

A incidência do suicídio no período analisado foi maior entre investigadores de polícia (12 casos), carcereiros (5), cargo extinto em 2013 e transformado este ano em agente policial, e escrivães (4). As menores incidências estão entre os papiloscopistas e os atendentes de necrotério, com um caso cada. As carreiras de agente policial, agente de telecomunicações, delegado, auxiliar de papiloscopista e fotógrafo técnico-pericial computaram, cada uma delas, dois casos. A maioria das vítimas é do sexo masculino, com 26 ocorrências.

Os dados revelam que, em São Paulo, o suicídio mata mais policial civil do que o confronto com criminosos. Segundo relatório enviado ao Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, **SINDPESP**, pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), o número de suicídios registrados entre os anos de 2014 e 2018 foi 150% maior que a incidência de mortes em ações de combate ao crime. Os dados foram obtidos em resposta ao ofício encaminhado pela presidente Raquel Kobashi Gallinati.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 90% dos casos podem ser evitados se o paciente tiver atendimento especializado adequado. Buscar ajuda é fundamental. Mas a Polícia Civil de São Paulo oferece um serviço de apoio tímido destinado à classe, que está historicamente mais propensa ao suicídio, conforme revelam estudos feitos em várias partes do mundo.

Raquel, que é especialista em Ciências Penais, acredita que essa realidade é um reflexo direto do sucateamento da Polícia Civil ao longo de décadas e a desvalorização dos policiais paulistas, que recebem os piores salários do Brasil. "Percorremos todo o Interior de São Paulo e em todos os 10 Deinters (Departamentos de Polícia Judiciária de São Paulo Interior) visitados colhemos relatos de policiais que estão acumulando funções em jornadas ininterruptas, desrespeitando normas internacionais do trabalho. Temos policiais desempenhando a função de até cinco colegas e a consequência disso é o aumento dos problemas relacionados ao estresse, síndrome de burnout e a depressão", afirma Raquel.



Alesp lança Frente Parlamentar em Combate e Prevenção ao Suicídio dos Profissionais de Segurança Pública

Entidades e profissionais ligados à Segurança Pública, entre eles o **SINDPESP**, participaram do lançamento da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção ao Suicídio dos Profissionais de Segurança Pública, coordenada pela deputada estadual Adriana Borgo. O evento, que aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), contou com a participação do delegado de Polícia Civil aposentado, Luis Gabriel Sampaio Garcia, que representou o **SINDPESP**.

O evento contou com palestras que abordaram a questão da saúde mental, o

acolhimento e a comunicação como formas de prevenção ao suicídio. A psicóloga Andressa Vinci de Castro abordou casos reais de pacientes atendidos por ela durante a sua experiência no tratamento de profissionais do setor.

O psicólogo Edson Carlos dos Santos explanou sobre o título "Prevenção ao suicídio: falar é a melhor solução". Encerrando o ciclo de palestras, o teólogo com especialização em psicologia da comunicação humana, Samuel Borges, falou sobre sua experiência pessoal de perdas e também do trabalho que realiza em prol da vida.

SINDPESP quer participar como *amicus curiae* em ação contra plantão regionalizado em Franca

O **SINDPESP** ingressou com pedido de participação, como *amicus curiae*, em ação civil pública do Ministério Público que solicita a suspensão do plantão regionalizado em Franca. Com o pedido, o Sindicato espera fornecer subsídios para o MP na ação que pretende suspender a realização de plantões regionalizados, durante a noite e madrugada e aos finais de semana e feriados, em pequenas cidades da região.

Criada pelo Delegado Seccional de Franca, a Portaria 03/2019 estabelece que, entre 20h e 08h, em finais de semana e feriados, as ocorrências nas cidades de Cristais Paulista, Itirapuã, Patrocínio Paulista, Restinga, Ribeirão Corrente e São José da Boa Vista sejam registradas no Plantão Policial de Franca, por conta da defasagem de policiais civis nessas cidades.

Dados do Defasômetro feito pelo **SINDPESP** via Lei de Acesso à Informação apontam que a região do Departamento de Polícia Judiciária de Ribeirão Preto (Deinter 3), que inclui Franca, possui 934 policiais civis a menos do que o mínimo previsto por lei.

Aprovados no concurso de delegado da Polícia Civil visitam SINDPESP

Os aprovados no concurso delegado de Polícia Civil de São Paulo, Pamela dos Santos Cristan e Rodrigo Costa Gonçalves Fonseca, visitaram a sede do **SINDPESP** nesta segunda-feira (09/09).

Eles foram recebidos pela presidente, Raquel Kobashi Gallinati, e pelo diretor, Raphael Zanon. Além de conhecerem os trabalhos desenvolvidos pela entidade, os aprovados foram atualizados com as últimas ações do **SINDPESP** e as exigências que tem feito ao Governo do Estado para que haja um investimento real na Polícia Civil. Os diretores apresentaram também questões sobre o quadro de pessoal, equipamentos e salários.



Relatório do SINDPESP faz Janaina Paschoal defender emenda para reformar Palácio da Polícia de Santos

Após o **SINDPESP** enviar relatório sobre o sucateamento da Polícia Civil ao governador João Doria, às autoridades da Segurança Pública e a alguns parlamentares, a deputada estadual Janaina Paschoal se sensibilizou com os



problemas enfrentados pelos policiais civis e se dispôs a destinar emenda parlamentar para ajudar na reforma do Palácio da Polícia Civil de Santos.

A estrutura do prédio está comprometida, prejudicando os serviços prestados e colocando em risco a vida dos profissionais e da população atendida no local. Laudo realizado no prédio apontou que o imóvel não está adequado às normas da construção civil. A situação de precariedade do palácio consta no relatório elaborado pelo **SINDPESP** e entregue à deputada.

Ao ler o documento, ela solicitou à presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati, mais informações sobre a situação para que possa apresentar emendas ao Plano Plurianual e, desta maneira, solicitar que parte da verba parlamentar na previsão orçamentária seja destinada ao projeto de renovação do local. “O ofício que recebemos da deputada Janaina Paschoal é de extrema importância pois demonstra o seu interesse em auxiliar na melhoria da segurança pública estadual, assim como mostrar que o trabalho do sindicato em busca de melhores condições e dignidade aos policiais civis está sendo bem desenvolvido. A sua atitude mostra que nossos representantes políticos estão sensíveis à causa da Polícia Civil, que é uma causa de toda a sociedade”, avalia Raquel Gallinati.

Os equívocos de Doria sobre a Polícia Civil

O governador João Doria demonstrou não ter pleno conhecimento da Polícia Civil do Estado que governa e apresentou informações equivocadas à população, durante entrevista à Globo News. Quem assistiu à entrevista ficou com a impressão de que tudo vai bem na instituição: sete mil policiais estariam em formação com armamento de última geração na academia de polícia. Mas a realidade é bem diferente.

Ao jornalista que o entrevistava, ele afirmou que os policiais civis receberam “as melhores armas do mundo”, mas é preciso deixar claro que os equipamentos só foram entregues à Polícia Militar. Os policiais civis continuam trabalhando com armas que colocam em xeque a segurança de quem as carrega.

O **SINDPESP** esclarece que, ao contrário do que afirmou Doria, não existem sete mil profissionais da instituição em formação na Academia de Polícia Civil de São Paulo. Neste ano, começaram a formação menos de 400 aprovados no concurso para a Polícia Técnico-Científica e Civil, número está muito aquém do mencionado pelo governador.

É equivocada também a informação de que a investigação e a prevenção dos crimes cabem à Polícia Técnico-Científica. A Polícia Civil é a instituição que tem a atribuição constitucional de investigar crimes. A Polícia Técnico-Científica, cujas atribuições não estão descritas na Constituição Federal, auxilia produzindo laudos e analisando evidências que são anexadas ao inquérito conduzido pela Polícia Judiciária.



Entidades participam de palestra sobre carreira de delegado

Delegados das Polícias Civil e Federal de São Paulo participaram da “Semana do Advogado” na Universidade Presbiteriana Mackenzie, a convite dos estudantes do Centro Acadêmico João Mendes Jr, por indicação do advogado e mestre em Direito, Rogério Cury. Falaram sobre o tema a presidente do **SINDPESP**, Raquel Kobashi Gallinati; a presidente do SINDPF SP e diretora regional da ADPF SP, Tania Prado; o presidente da ADPESP, Gustavo Mesquita; e o delegado Arnaldo Rocha Junior.

Raquel Gallinati falou ainda sobre as funções do delegado de polícia e comentou a situação caótica da Polícia Civil paulista. Ela defende mudanças estruturais para que a instituição “não

fique à mercê de ingerências políticas e sem autonomia institucional”. “Nós temos atribuição de investigar todas as pessoas, independentemente do crime cometido. Mas ao deixar de investir da Polícia Civil, ela fica enfraquecida e consequentemente, a atribuição legal e constitucional da instituição fica comprometida”, enfatizou Raquel.

Tania Prado, por sua vez, falou sobre a sua trajetória profissional como delegada na cidade de Foz de Iguaçu, no Estado do Paraná, e ressaltou ainda a luta pela autonomia da instituição para que não haja interferências políticas a cada mudança de governo, prejudicando o trabalho dos policiais federais no combate ao crime.

Começa julgamento do IRDR sobre a Aposentadoria

Começou o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas sobre a Aposentadoria Especial com Paridade Remuneratória e Integralidade de Vencimentos. Inicialmente, foi discutida a possibilidade da suspensão do IRDR, mas a Turma Especial decidiu enfrentar a matéria. A advogada Dra. Cristiane Gueiros, do corpo jurídico do **SINDPESP**, abordou o dever do Estado em proporcionar dignidade aos policiais civis, falou sobre aumento das mortes por suicídio e a falta de sensibilidade do governo do Estado no tocante ao salário da Polícia Civil.

Dra. Cristine defendeu a existência de legislação específica ao Policial Civil, amparada no parágrafo 4 do artigo 40 da Constituição Federal. Sustentou também a impossibilidade de remeter os proventos de aposentadoria à regra geral dos servidores civis, que tornaria inócua a Lei 51/85. Após o voto do relator, o desembargador Torres de Carvalho pediu vista, suspendendo a sessão de julgamento.